

Estado trava corrida às reformas a meio do mês

● Fisco, Justiça e Saúde só aceitam pedidos até à próxima semana

● Aposentações em 2013 têm regras mais penalizadoras

O enorme volume de pedidos de aposentação está a entupir os serviços de recursos humanos do Estado que já avisaram que não conseguirão dar resposta a todos este ano. As regras de 2013 são mais penalizadoras. **Economia 26 e 27**



Bruno Simão



Governo reúne-se com os sindicatos

O secretário de Estado da Administração Pública recebe esta quarta-feira os sindicatos da Função Pública. Trata-se do primeiro encontro formal desde que o Executivo anunciou três revoluções: o aumento do horário de trabalho na função pública, o alargamento e as alterações às regras da mobilidade especial e a "refundação do Estado", que segundo o primeiro-ministro vai implicar cortes em salários e pensões. O Governo deverá pedir aos sindicatos contributos para o debate. A situação dos excedentários, a contratação colectiva e a revisão de carreiras são os outros assuntos que motivam a reunião.

FUNÇÃO PÚBLICA

Serviços do Estado bloqueiam reformas a partir da próxima semana

Serviços do fisco, justiça e saúde avisam os funcionários que se não fizerem os pedidos em breve, não garantem que chegue à CGA até ao final do ano. Funcionários arriscam maiores penalizações

A corrida às reformas antecipadas está a entupir os serviços do Estado. O volume de pedidos é tão expressivo que alguns departamentos de recursos humanos estão a dizer aos funcionários que podem não ter capacidade de assegurar os seus direitos. Autoridade Tributária, Justiça e Saúde são alguns dos sectores onde foram feitos avisos: se os trabalhadores não apresentarem o pedido até meados do mês, os serviços não garantem que o requerimento dê entrada na CGA até 31 de Dezembro. Esta data é decisiva, já que se o pedido chegar depois os funcionários arriscam maiores penalizações.

Os recursos humanos (DSGRH) da Autoridade Tributária enviaram esta semana um e-mail aos funcio-

nários a explicar que desde o início do ano que os pedidos têm que ser submetidos por via electrónica, num processo que implica a recolha de "todos os elementos" da vida profissional do funcionário e dos dados relativos a remunerações. Face ao "volume de pedidos de aposentação que têm diariamente dado entrada" é deixado o aviso: "Pese embora o enorme esforço e envolvimento de alargada equipa afecta a estas tarefas, muito dificilmente poderá assegurar o envio atempado para a CGA (leia-se até 31 de dezembro de 2012) dos pedidos que derem entrada na DSGRH para além do próximo dia 10 de Dezembro".

Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), discorda desta restri-

ção. O sindicalista defende que o importante é a data de entrega do pedido junto dos serviços de recursos humanos, cujo comprovativo deve ser preservado pelos trabalhadores. "Se o pedido for entregue na CGA depois disso, o problema é dos serviços. O motivo é alheio ao trabalhador", defendeu.

Na Justiça a situação é idêntica: há cerca de uma semana, a Direcção-geral de Administração da Justiça enviou uma circular para os tribunais "a informar que só vão ser considerados os pedidos que derem entrada até ao dia 14, dado o número elevado que já lá têm e a previsão de virem a receber muitos mais", afirma Fernando Jorge. O dirigente do Sindicato dos Funcionários Judiciais nem quer ou-

vir falar na possibilidade de pedidos que dêem entrada depois de 14 de Dezembro poderem vir a ser processados de acordo com as futuras regras de aposentação. "Isso seria claramente ilegal. A lei é clara quando fala em 31 de Dezembro e não pode ser alterada através de despacho".

A mesma data – 14 de Dezembro – é referida na circular que a Administração Regional de Saúde do Norte enviou aos centros de saúde a 15 de Novembro. Nesse ofício lê-se que caso os pedidos não dêem entrada até esse dia, os serviços "não poderão garantir a sua entrada, atempada, na Caixa Geral de Aposentações". O sindicalista Arnaldo Araújo entende que "se tomem medidas preventivas".

Mas afinal, qual é o momento que conta? A entrada nos serviços ou na CGA? Manuel Ramos, do conselho consultivo da CGA, afirma que no passado houve problemas porque foi tido em conta o momento de entrada na CGA.

Para o advogado Rodrigo Esteves de Oliveira deve contar o momento de entrada no serviço. O contrário "seria incoerente", pois as pessoas ficariam "dependentes da maior ou menor diligência dos serviços". Ainda assim, o especialista admite que haja dúvida, considerando que os ofícios que estão a ser enviados "se justificam por um motivo de cautela". O Ministério das Finanças não respondeu às questões do **Negócios** sobre este assunto. **EM/CAP/MC/FL**



Porque correm os funcionários públicos?

A corrida às pensões na Função Pública começa a ser habitual, devido à constante instabilidade legislativa. Desta vez, tem mais uma razão de ser: as pensões cujos pedidos entrem na CGA depois de 1 de Janeiro serão calculadas com base em novas regras, mais penalizadoras. O Orçamento do Estado para 2013 estabelece que a idade da reforma suba para os 65 anos (em vez dos 63,5 anos que agora vigoram). Por outro lado, é alterada a fórmula de cálculo. A pensão dos funcionários admitidos na administração pública até Agosto de 1993 é calculada com base em duas parcelas. A primeira baseia-se no salário de 2005. Até aqui, esse salário era revalorizado com base na inflação, mas passará a sê-lo com base num índice que reflecte os aumentos salariais da Função Pública, que têm sido mais baixos.

Corrida às pensões em vários sectores do Estado

Com números mais precisos nas mãos ou apenas com base em convicções ou impressões recolhidas, os sindicatos não têm dúvidas de que este ano há muito mais gente a querer abandonar o Estado. A confirmar-se este movimento, o Governo terá no próximo ano mais um instrumento fácil para superar as metas de redução de pessoal de 2%

Justiça Será ilegal não aceitar todos os pedidos

O sindicato dos Funcionários Judiciais está alerta para ver de que forma é que o processo vai decorrer até ao final do ano. Fernando Jorge, presidente, está convencido de que haverá muitas pessoas a aproveitar os últimos dias até ao final do ano para avançar com o seu pedido de aposentação. "Mais vale avançar com uma reforma antecipada do que perder muito mais, que é o que os espera a par-

tir do próximo ano", sintetiza. Os últimos dados de que dispõe, "que têm já quase um mês", apontavam para um número de pedidos pendentes perto das quatro centenas. Fernando Jorge estima que, durante todo o ano, o total de aposentados ultrapassará os 600, saídas que virão agravar ainda mais os problemas de falta de recursos humanos que já se verifica nos tribunais.

Educação Nunca à Fenprof recebeu tantos pedidos de ajuda

Números não há. Mas há a certeza dos sindicatos de que este ano há mais professores à procura de ajuda nos gabinetes jurídicos do que no passado. "Nunca tivemos tanta gente a pedir que façamos as contas das suas perdas imediatas e a partir do dia 1 de Janeiro", atesta Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, que antevê uma maior corrida ainda até meados deste mês. Nas escolas não foi

dado nenhum prazo de entrega, mas "os professores têm medo de pôr muito em cima dos últimos dias porque pode acontecer algo na secretaria". Lucinda Manuela, da Federação Nacional da Educação, repete a ideia de que está a haver este ano mais pedidos de informação. Porém, também é verdade que "há pessoas a recuar depois de conhecerem a penalização e vemos algumas indecisas".

Saúde Maior debandada de enfermeiros

Os sindicatos dos médicos não têm dados concretos. Arnaldo Araújo, da Federação Nacional dos Médicos, diz que há muitos pedidos de esclarecimento na área jurídica e "muita gente a falar" e Jorge Roque da Cunha, do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), frisa que "sempre que há alterações às regras da aposentação, há uma corrida". Este último acrescenta ainda que a

emissão de ofícios (como aconteceu, pelo menos, na ARS Norte) pelos serviços "mostra que os próprios estão a prever uma corrida às reformas". Mas, até mais do que os médicos, na Saúde os maiores "velocistas" desta corrida serão os enfermeiros. A sindicalista Guadalupe Simões lembra que este Orçamento do Estado põe fim ao regime especial que convergia para os 65 anos até 2018.

Impostos Pelo menos 7% do pessoal quer sair

"As pessoas estão muito descontentes", diz Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI). É este descontentamento no Fisco, aliado à mudança de regras de aposentação, que estará a ditar uma corrida às reformas. Paulo Ralha diz não dispor de números oficiais, mas diz que, em Outubro, havia já 700 pessoas (7% do total) com pedidos pendentes. O sindicalista es-

tima, contudo, que até ao final do ano peçam para sair 10% dos trabalhadores da AT (100 mil pessoas), pelo menos. Este é, contudo, um dos sectores onde tem havido alguma reposição de pessoal, com a abertura de novos concursos para inspectores. Hoje, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, decide sobre a eventual realização de uma greve na recta final do ano.

Enfermeiros obrigados a reformar-se quatro anos mais tarde

Os enfermeiros que contavam reformar-se no próximo ano, vão ter de aguardar mais quatro anos se quiserem levar para casa a pensão completa. O aumento da idade da reforma para este grupo de profissionais deve-se ao fim de vários regimes excepcionais de aposentação, inscrito no Orçamento do Estado.

Em causa estão enfermeiros que, no próximo ano, reuniam os requisitos necessários para se aposentarem ao abrigo do decreto-lei de 2005: 61 anos de idade e 39 de serviço. Este regime convergia para os 65 anos de idade em 2018 e os 40 anos de serviço em 2015.

Porém, com o fim dos regimes excepcionais de aposentação, estes profissionais ficarão sujeitos às regras gerais da Função Pública. E também essas mudam com este orçamento: o Governo decidiu antecipar de 2015 para 2013 o aumento da idade da reforma para os 65 anos. Os funcionários terão ainda de ter 40 de serviço.

"Quase todos os dias, cinco a dez enfermeiros nos contactam para saberem qual a penalização que terão se pedirem já a reforma", relatou ao **Negócios** Guadalupe Simões, dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), explicando que a maior afluência de pedidos de esclarecimentos se vem verificando no último mês, "altura em que foi anunciado o fim do período transitório, que terminava em 2018".

Quem optar pela reforma antecipada terá penalizações "muito grandes", frisou a sindicalista, acrescentando porém que "dificilmente os enfermeiros aguentam até aos 65 anos".

A antecipação do aumento da idade da reforma - que vai afectar a maioria dos funcionários públicos - será assim sentido em especial pelos enfermeiros, mas também por alguns professores primários e educadores que, tal como o **Negócios** já noticiou, que poderiam aposentar-se no próximo ano com 59 anos de idade e 34 de serviço.

Já polícias, militares, pessoal da NAV, juizes e professores primários com cursos tirados em 75 e 76 mantêm regimes especiais de aposentação. **MC**



Fisco não consegue responder a tempo a todos os pedidos

A Administração Tributária enviou um email aos seus funcionários onde admite um "grande volume de pedidos de aposentação" e avisa os trabalhadores de que não poderá garantir o envio atempado para a Caixa Geral de Aposentações. Cartas idênticas a esta foram enviadas para funcionários do sector da Justiça e saúde pelos respectivos recursos humanos.